

Documento de posicionamento global das organizações de pessoas trabalhadoras na economia informal 111.ª Sessão da CIT – Debate geral: Alcançar uma transição justa às economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todas as pessoas

As redes internacionais de pessoas trabalhadoras na economia informal e a WIEGO dão as boas-vindas ao relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulado *Alcançar uma transição justa às economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todas as pessoas*, elaborado para a 111.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT).

Tanto para a OIT quanto para nós, uma transição justa significa tornar a economia mais verde de forma justa e inclusiva, criando oportunidades de trabalho digno e não deixando ninguém para trás. Para cumprir com esse compromisso, as pessoas trabalhadoras em empregos informais – mais de dois bilhões de pessoas que compõem 61 % da força de trabalho global – devem ser incluídas.

Os impactos severos das mudanças climáticas e outras tendências econômicas prejudiciais às pessoas trabalhadoras em empregos informais demandam uma abordagem inclusiva de “transição justa”

O aumento de incidentes pela poluição, estresse relacionado ao calor, declínio da biodiversidade e inundações devido à mudança climática, juntamente com a falta de serviços básicos, como energia e água, estão prejudicando o bem-estar e a segurança de renda das pessoas trabalhadoras, principalmente em assentamentos onde vivem as pessoas trabalhadoras pobres. As pessoas trabalhadoras em empregos informais que têm suas casas e espaços públicos como locais de trabalho sofrem não apenas com renda baixa e instável, mas são também afetadas de forma desproporcional por condições climáticas extremas. Além disso, vêm enfrentando os efeitos dos preços mais altos de energia e mercadorias, que não apenas reduzem a renda de suas famílias, mas também podem limitar seu acesso ao trabalho remunerado. As mulheres enfrentam o pior de todos esses impactos.

Nessas circunstâncias desafiadoras, as pessoas trabalhadoras da economia informal ajudam a diminuir a poluição e as emissões que causam a mudança climática reciclando, reutilizando e consertando materiais; produzindo bens a partir de materiais naturais e degradáveis; apoiando economias locais por meio de pessoas vendedoras ambulantes e de mercado; e, com frequência, geram uma pegada de carbono baixa. As pessoas trabalhadoras domésticas assumem diretamente o trabalho de cuidado causado por desastres climáticos mais frequentes e graves, incluindo o controle do estresse por calor que impactam residências e pessoas.

O próprio trabalho informal é cada vez mais uma medida de adaptação para aquelas pessoas que foram deslocadas de outros trabalhos ou geografias devido às mudanças climáticas e outras formas de destruição ambiental. Sem uma transição justa, as políticas elaboradas para mitigar problemas ambientais como a mudança climática, bem como a crescente automação na economia (que muitas vezes é impulsionada por políticas ambientais), podem prejudicar e deslocar ainda mais pessoas trabalhadoras em empregos informais¹, bem como aumentar o número de pessoas que trabalham informalmente.

“Nada para nós sem nós”²

Sabendo que as mudanças climáticas agravam as desigualdades e que este não é um problema que desaparecerá rapidamente³, uma transição justa deve ajudar a reduzir a desigualdade econômica por meio da distribuição ou redistribuição de oportunidades econômicas planejadas por meio do diálogo social efetivo e da criação conjunta de soluções. Uma estrutura eficiente para a transição justa apoiaria o reconhecimento jurídico das pessoas trabalhadoras em empregos informais – como pessoas catadoras, vendedoras ambulantes e comerciantes de mercado, pessoas trabalhadoras domiciliares e pessoas trabalhadoras domésticas – e suas organizações representativas baseadas em pessoas membro com relação a regulamentos trabalhistas e de proteção social. As organizações de pessoas trabalhadoras em empregos informais devem estar inseridas no diálogo social, podendo negociar coletivamente e tendo um lugar à mesa nos processos de planejamento e tomada de decisões sobre os temas que as impactam.

A transição ambientalmente justa e a transição da economia informal para a economia formal devem andar juntas

O avanço em direção a uma economia ambientalmente mais sustentável que atenda a todas as pessoas trabalhadoras requer vincular a transição justa com a transição da economia informal para a economia formal, implementando a Recomendação n.º 204 da OIT. Uma transição justa deve gerar caminhos para empregos dignos e inclusivos e à proteção para que todas as pessoas trabalhadoras afetadas por crises econômicas possam ser efetivamente integradas em novos sistemas ou requalificadas em outras ocupações.

¹ Cass Talbott, Taylor, Pinky Chandran, Cecilia Allen, Lakshmi Narayan e Owusu Boampong. 2022. Extended Producer Responsibility (EPR) and Waste Pickers [Responsabilidade estendida da pessoa produtora (REP) e pessoas catadoras]. Resumo Técnico n.º 15 da WIEGO. Manchester, Reino Unido: WIEGO.

² Slogan usado por movimentos sociais na África do Sul, inclusive pela StreetNet Internacional.

³ IPCC, Resumo para Formuladores de Políticas, em *Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*, Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2022.

As organizações de pessoas trabalhadoras em empregos informais vêm se envolvendo com os governos nacionais para buscar uma inclusão significativa. Apesar da escassez de políticas de transição justa em nível mundial, as organizações de pessoas trabalhadores da economia informal (organizações baseadas em pessoas membro), bem como as organizações e unidades de Economia Social e Solidária (ESS), vêm apoiando uma transição justa para suas pessoas membro e, por meio de sua natureza coletiva, estão melhor posicionadas do que muitas outras entidades para fortalecer a cooperação, colaboração, pensamento sistêmico, desenvolvimento de capacidades e solução de problemas das pessoas trabalhadoras, elementos estes que a OIT afirma serem importantes para uma transição justa.⁴ As organizações de pessoas trabalhadoras estão bem-posicionadas para trabalhar na linha de frente do apoio à transição dessas pessoas em tempos de turbulência econômica, conforme testemunhamos durante a pandemia da COVID-19.⁵

A ESS, ao seguir princípios de democracia, controle e redistribuição de pessoas trabalhadoras, contribui para sociedades mais inclusivas e para a transição da economia informal para a economia formal, bem como para a redução da pobreza e construção de resiliência conforme foi destacado na Recomendação sobre a promoção de cooperativas, 2002 (n.º 193), na Recomendação sobre a transição da economia informal para a formal, 2015 (n.º 204) e na Recomendação sobre emprego e trabalho dignos para a paz e a resiliência, 2017 (n.º 205). As unidades da ESS precisam de reconhecimento e apoio para melhorar e expandir seu trabalho em direção à transição justa.

O financiamento à transição justa: quanto mais largas a costas, maior o peso a ser carregado

Os custos dos desastres climáticos e da transformação estrutural para os Estados membro de baixa e média renda como parte de uma transição justa são impossíveis de arcar sozinhos. A OIT deve desempenhar um papel no fundo global de “perdas e danos” (fornecendo ajuda financeira a nações pobres atingidas por desastres climáticos) que foi acordado na cúpula climática da ONU de 2022, a COP27. As pessoas trabalhadoras, especialmente as que atuam na economia informal, também não devem ser sobrecarregadas com a tarefa de engendrar sua própria transição econômica sem o apoio adequado.

A OIT está em melhor posição no sistema da ONU para destacar a prevalência do emprego informal nos mercados de trabalho desses países e entender as implicações que isso tem no financiamento de uma transição justa e inclusiva. Por exemplo, em suas possíveis opções para um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre poluição de plásticos (conforme requerido pela resolução 5/14 da Assembleia Ambiental das Nações Unidas), o Programa Ambiental das Nações Unidas propõe como “obrigação fundamental possível: facilitar uma transição justa, incluindo uma transição inclusiva do setor informal de resíduos”, também para “integrar o setor informal de resíduos à cadeia de valor do plástico e promover uma economia circular por meio de um ‘programa de transição justa’”.⁶ Além disso, a África do Sul e o Quênia lançaram a Iniciativa de Transição Justa, para explorar a transição justa como uma obrigação fundamental do tratado, em resposta às solicitações feitas pelas pessoas catadoras que participam do processo.

Caminhos a seguir:

- Reconhecimento do trabalho das pessoas trabalhadoras em empregos informais e suas grandes contribuições atuais e potenciais para reduzir as emissões de carbono, assim como para mitigar os danos ambientais.
- Inclusão das organizações de pessoas trabalhadoras em trabalho informal, por meio da implementação da Recomendação 204, no diálogo social, nas negociações coletivas e na participação nos processos de planejamento e tomada de decisões sobre as questões que as afetam.
- Introdução de um conjunto de medidas de proteção social que inclua assistência social e previdência social. Estas funcionariam como mecanismos de adaptação, permitindo às pessoas trabalhadoras em empregos informais enfrentar crises e transições no mercado de trabalho.
- Apoio da OIT aos Estados membros na ampliação de condições de trabalho seguras e saudáveis, que agora fazem parte da “Declaração dos Princípios Fundamentais dos Direitos no Trabalho” adotada em 1998 (e alterada em 2022), para que eles considerem o impacto da crise climática no bem-estar das pessoas trabalhadoras em empregos informais.
- Implementação das conclusões da CIT de 2022 sobre a ESS.⁷
- Apoio da OIT na realização e divulgação de pesquisas e na realização de atividades de conscientização para cidadãos, instituições acadêmicas, o público em geral e outras partes interessadas relevantes sobre os processos para uma transição justa.
- Maior integração da transição justa nas atividades da OIT nos níveis regional e nacional, inclusive por meio de programas nacionais de trabalho digno, do desenvolvimento de projetos de cooperação, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular, e de outras atividades relevantes da OIT com foco na capacitação de parceiros sociais.

Os processos de transição justa devem incluir o uso de financiamento público para investimento em infraestrutura verde que seja sensível à igualdade de gênero e às realidades das pessoas trabalhadoras na economia informal.

⁴ CIT.111/Relatório VI. Alcançar uma transição justa às economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todas as pessoas. 111.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, 2023. parágrafo 103. In: *Achieving a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all* (ilo.org).

⁵ WIEGO. 2020. “COVID-19 Crisis and the Informal Economy Study” [Estudo sobre a crise pela COVID-19 e a economia informal].

⁶ UNEP/PP/INC.2/4. In: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/42190/options_INC.pdf?sequence=1&isAllowed=y

⁷ Resolução (ilo.org)